

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO CÉLIO STUDART**

**PROJETO DE LEI N. , DE 2025**  
(do Sr. Célio Studart)

Autoriza o Poder Executivo a criar o Instituto Médico-Legal Veterinário, com a atribuição de emitir laudos periciais em casos de crimes, desastres ou acidentes contra animais, ou de sua suspeita; cria o cargo de perito oficial criminal de especialidade veterinária, e dá outras providências.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Esta Lei Autoriza o Poder Executivo a criar o Instituto Médico-Legal Veterinário, com a atribuição de emitir laudos periciais em casos de crimes, desastres ou acidentes contra animais, ou de sua suspeita.

**Art. 2º** O Art. 15 da Lei Federal n. 14.735, de 23 de Novembro de 2023, que Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Cíveis, dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15.....

I.....

**IV – Instituto Médico-Legal Veterinário;**

§3º .....

**§4º As perícias oficiais em casos de crimes, desastres ou acidentes contra animais, ou de sua suspeita, serão de competência do Instituto Médico-Legal Veterinário, constante do inciso IV.”**



**Art. 3º** O Art. 19 da Lei Federal n. 14.735, de 23 de Novembro de 2023, que Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Cíveis, dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19.....

**IV – perito oficial criminal, de especialização veterinária, se o órgão central de perícia oficial de natureza criminal estiver integrado na estrutura da polícia civil.”**

**Art. 4º** O Poder Executivo expedirá os regulamentos necessários para a criação e funcionamento do IML Veterinário.

**Art. 5º** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se houver necessidade.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Conforme disposto no artigo 23 da Constituição Federal, *"é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios preservar as florestas, a fauna e a flora"*. Ainda, o artigo 24 estabelece que *"compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição"*.

No mesmo sentido, o artigo 225 prescreve que *"todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"*, a este incumbindo o dever de *"proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade"*.

A presente proposição se direciona, portanto, a conferir proteção estatal adequada e suficiente ao que determina a CRFB/1988, bem como a legislação ambiental aplicável. Com o fim de proteger a flora e a fauna, nesta compreendidos todos os animais silvestres, exóticos e domésticos, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica e que provoquem extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade, fiscalizando a extração, produção, criação, métodos de abate, transporte,



comercialização e consumo de seus espécimes e subprodutos, **é urgente a criação de um Instituto Médico-Legal Veterinário com a atribuição de emitir laudos periciais em casos de crimes, desastres ou acidentes contra animais, e de suas suspeitas.**

Deste modo, depreende-se, a partir do presente projeto de lei, que cabe ao Poder Executivo atuar na viabilização de uma estrutura que tenha a atribuição de emitir laudos periciais em casos de crimes contra animais, ou de sua suspeita.

Neste sentido, a presente proposta tem por objetivo criar, regulamentar e implantar o funcionamento do **IML Veterinário**, possibilitando maior eficiência nas investigações e nas decisões processuais que envolvem crimes contra animais.

Por questões próprias do ordenamento jurídico nacional, a impunidade tornou-se uma regra revoltante em relação a todos os crimes ambientais, especialmente os crimes contra a fauna. Uma das razões para tanta impunidade é a dificuldade de obter embasamento técnico para avançar nas investigações e possibilitar a conclusão de processos criminais.

Para manter o ritmo de avanço da proteção animal, é necessário que exista **um órgão especializado na emissão de laudos periciais** que permita a elucidação dos casos de maus-tratos, agressões, assassinatos, abusos e qualquer forma de violência contra todas as espécies.

O Instituto Médico Legal Veterinário há de contar com profissionais capacitados, de carreira específica, e com a estrutura necessária para assegurar a expansão da tutela aos direitos dos animais, fato que justifica a propositura e aprovação deste projeto.

Diante do exposto, conclamo os nobres parlamentares a aprovarem este Projeto de Lei em análise, que representa um avanço na garantia de direitos fundamentais e na promoção de uma sociedade mais justa e solidária, especialmente ao prestigiar e promover a adequada investigação de crimes ambientais e de sua suspeita.

Sala de Sessões, 27 de Março de 2025.

**Dep. Célio Studart**

**PSD/CE**

